

DIREITO À INCLUSÃO E À EDUCAÇÃO: LEVANTAMENTO DE PESQUISAS EM PPGDs E PPGEs

JOÃO PEDRO DE ÁVILA PEGLOW¹; VALMÔR SCOTT JUNIOR²

¹Universidade Federal de Pelotas – jpedropeglow@gmail.com - apresentador

²Universidade Federal de Pelotas – valmorscottjr@gmail.com - orientador

1. INTRODUÇÃO

A Lei nº 13.146/2015, denominada Estatuto da Pessoa com Deficiência ou Lei Brasileira de Inclusão, apresenta-se como a lei ordinária mais recente e atualizada sobre direitos das pessoas com deficiência, entre os quais, o direito à inclusão e o exercício do direito à educação.

Neste sentido, a presente pesquisa busca estudos anteriores e posteriores ao início da vigência desta Lei para verificar de que modo a produção científica aborda a inclusão e a educação às pessoas com deficiência. Para tanto, a partir de pesquisa no Banco de Teses da CAPES, em dissertações de mestrado, em Programas de Pós-graduação em Direito – PPGDs e Programas de Pós-graduação em Educação - PPGEs, será realizado levantamento e discussão de pesquisas sobre a temática proposta. As áreas de conhecimento dos Programas foram escolhidas, em virtude de inclusão e educação serem temáticas atinentes ao Direito e à Educação.

A partir dos resultados alcançados será possível vislumbrar como a inclusão e a educação são abordados antes e depois do início da vigência da Lei Brasileira de Inclusão, a partir de dissertações de mestrado em PPGDs e PPGEs de universidades brasileiras..

2. METODOLOGIA

O presente estudo é de cunho qualitativo, utilizando-se do método indutivo; tem como recorte espacial, o Banco de Teses da CAPES, a partir de um levantamento de dissertações de mestrado em Direito e em Educação, respectivamente, em PPGDs e PPGEs, tendo como descritores: inclusão de alunos com deficiência; educação.

O recorte temporal compreende o período de dez anos, entre 2007 e 2017, pois entendemos que é um prazo razoável de levantamento, o qual atinge pesquisas anteriores e posteriores à Lei Brasileira de Inclusão.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Entre os anos de 2007 e 2017, foram publicados muitos estudos, entre os quais destacamos três dissertações.

Inicialmente, destaca-se a pesquisa, intitulada: **ACESSIBILIDADE COMO FATOR DE EQUIPARAÇÃO DE OPORTUNIDADES PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NA ESCOLA: ANÁLISE DE GARANTIAS LEGAIS EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA'**, publicada em 01/04/2008, no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade de São Paulo-USP – Mestrado em Educação. Esta pesquisa destina-se à análise da legislação vigente sobre acessibilidade no Brasil, Bolívia e México, entre os anos de 1990 e 2005. A dissertação é de autoria de Valquíria Prates Pereira Teixeira, orientada pela Prof. Dra. Rosângela Gavioli Pietro. No estudo, confronta-se a legislação inclusiva dos 3 países e dela extrai o que há em comum entre estes países, de acordo com as recomendações internacionais sobre o tema.

Ainda, também é relevante mencionar a dissertação: **ESTUDO DOS PROCESSOS AVALIATIVOS E PROMOÇÃO ESCOLAR DOS ESTUDANTES COM DEFICIÊNCIA**, de Lauriceia Tomaz da Silva, orientada pela Prof. Dra. Ana Dorziat B. de Mélo, publicada em 01/08/2012, no Programa de Pós-graduação em Educação, da Universidade Federal da Paraíba - UFPB – Mestrado em Educação. A autora utiliza-se de parâmetros legais de Inclusão e Acessibilidade para identificar os processos avaliativos usados para melhor atender as necessidades dos estudantes com deficiência, traçando parâmetros de equidade com os métodos avaliativos comuns aos alunos que não possuem deficiência.

Em 2016, convém apresentar a dissertação intitulada: **DIREITO À EDUCAÇÃO INCLUSIVA - UMA ANÁLISE QUANTO À ATUAÇÃO DO ESTADO NA EFETIVAÇÃO DA POLÍTICA DE INCLUSÃO EDUCACIONAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA – UM DESAFIO ENTRE O IDEAL E O REAL**, publicada em 16/04/2016.

Trata-se de dissertação no Programa de Pós-graduação em Direito, da Universidade Estadual do Norte do Paraná - UENP, de autoria de Daniele Regina Bartelli Vicentini, orientada pelo Prof. Dr. Ilton Garcia da Costa, sobre a participação estatal na efetivação da inclusão de pessoas com deficiência à educação. A dissertação analisa o desenvolvimento e a aplicabilidade da inclusão dos alunos com deficiência nas instituições de ensino públicas.

4. CONCLUSÕES

Nesta etapa da pesquisa, verifica-se que os estudos apresentados, apontam dilemas e controvérsias. Cabe-nos aferir, neste momento que, mesmo urgente e respaldado por um Estatuto específico, a educação inclusiva merece evidência no meio acadêmico, assim como na seara legislativa, uma vez que as pesquisas acerca do assunto levantam informações de suma importância para compreender a realidade enfrentada por alunos com deficiência no ambiente escolar.

Os dados estão em fase de levantamento e análise, sendo possível, neste momento, afirmar que a educação inclusiva é resultado de um longo processo de

desmistificação do potencial cognitivo da pessoa com deficiência. Desde os primórdios até a configuração recente da esfera social, essas pessoas enfrentam obstáculos ao exercício do direito social à educação.

O propósito da Lei Brasileira de Inclusão, considerados os preceitos da Constituição Federal de 1988, é a garantia de inclusão, abolindo cabalmente a segregação reiterada em todas os espaços da sociedade, inclusive educacionais.

A pesquisa está em desenvolvimento, em fase de aprimoramento, sendo indicativo em uma próxima etapa, a possibilidade de aplicação de questionários em escolas públicas e privadas do município de Pelotas, com perguntas sobre a temática.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Márcia Doralina ; SOUZA, Carmem Rosane Segatto E. Rompendo Barreiras atitudinais: um caminho de aproximação com o outro “diferente”. **Vidya** (Centro Universitário Franciscano), v. 21, n. 38, p. 119 – 124, jul.dez.. Santa Maria, 2004

BRASIL. **LEI 13.146** , de 06 de julho de 2015. Brasília, 2015. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm >. Acesso em: 3 de abril de 2018.

CRUZ. A. R. V. **O direito à diferença:** ações afirmativas como mecanismo de inclusão social de mulheres, negros, homossexuais e pessoas portadoras de deficiência.

CURY, Carlos Roberto Jamil, **A Educação e a Primeira Constituinte Republicana**. In: Fávero, Osmar (org.). A educação nas constituintes brasileiras 1823-1988, Autores Associados: Campinas. 3 ed, 2005.

GLAT,Rosana; BLANCO, Leila de Macedo Varela. Educação Especial no contexto de uma Educação Inclusiva. In GLAT, Rosana . **Educação Inclusiva:** Cultura e Cotidiano Escolar. Rio de Janeiro: Sete Letras , p 15-35, 2007.

VIEIRA, Fernanda Vivacqua. Direito fundamental à educação inclusiva. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, XVIII, n. 142, nov 2015. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=15779&revista_caderno=9>. Acesso em jun 2018.

LAKATOS, E. M; MARCONI, M. A. **Metodologia científica**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 2011.

MARQUEZAN, Reinoldo, **O deficiente no discurso da legislação**. Campinas, SP, Papirus, 2009.

MEZZAROBBA, O; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

PINTO, Céli Regina Jardim. **Foucault e as Constituições brasileiras: quando a lepra e a peste encontram os nossos excluídos**. In: Educação e Realidade, Porto Alegre, vol. 24, n. 2, jul./dez, 1999, p. 33-55.

SASSAKI, Romeu Kazumi, **Inclusão: o paradigma do século 21**. Revista Inclusão. Ano I, n. 1, p. 19-23, out., 2005.

SCOTT JR, Valmôr. **Acessibilidade na educação superior: desdobramentos jurídicos**. Curitiba, PR, Editora CRV, 2015.

SETUBAL, Joyce Marquizein; FAYAN, Regiane Alves Costa. **Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência**. Campinas: Fundação FEAC, 2016.

SEGALLA, Juliana Izar Soares da Fonseca. **Direito à Educação, participação familiar e informação: o ciclo virtuoso da informação**. São Paulo: PUC-SP, 2015.